



CONGRESSO NACIONAL

Com assinaturas, CPI aguarda Alcolumbre

Senador Alessandro Vieira contabiliza 28 adesões, mas continuidade da CPI do Crime Organizado depende do presidente da Casa, Davi Alcolumbre. Roberto Campos Neto e Gabriel Galípolo são aguardados para explicar a atuação do BC

» DANANDRA ROCHA
» RAPHAELA PEIXOTO

Com 28 assinaturas reunidas para prorrogar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, o senador Alessandro Vieira (MDB/SE) afirmou que ainda há um volume “muito significativo” de dados sigilosos a serem analisados e cruzados antes da conclusão dos trabalhos. O relator da CPI considera que ainda há etapas relevantes a serem cumpridas. **(Leia entrevista abaixo)**

Na avaliação do relator, as oitivas são essenciais para apurar com maior profundidade o esquema de lavagem de dinheiro e a infiltração do crime organizado no poder público. O escândalo do banco Master passou a ser um fator essencial, pois diz respeito à atuação de órgãos reguladores, como o Banco Central, e envolve gestores públicos, como administradores de fundos previdenciários e governadores.

A decisão sobre a continuidade da CPI caberá, agora, ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O prazo inicial da comissão se encerra no próximo dia 14 de abril. Instalada em novembro, a CPI busca a extensão por mais 60 dias para concluir a análise de documentos e apresentar o relatório final.

Com o calendário apertado, o colegiado tem ao menos quatro oitivas previstas para esta semana. Entre os depoimentos está o do ex-governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Apesar de ter sido convocado, Ibaneis obteve habeas corpus junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão assinada pelo ministro André Mendonça, que o desobriga

Andressa Anholeta/Agência Senado



Senadores Fabiano Contarato (PT-ES) e Alessandro Vieira (MDB-SE), presidente e relator da CPI do Crime Organizado: corrida contra o tempo

de comparecer. Ainda assim, a reunião para sua oitiva está mantida para terça-feira (7/8) na página da comissão, quando também deve ser ouvido o secretário nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia.

Oitivas

Na quarta-feira (8/4), a CPI prevê ouvir o ex-presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o atual

chefe da instituição, Gabriel Galípolo. Campos Neto foi novamente convocado após decisão da última reunião, realizada na terça-feira (31), embora já tenha obtido anteriormente habeas corpus no STF para não comparecer. Já Galípolo participará na condição de convidado.

Autor do requerimento para a convocação de Campos Neto, Alessandro Vieira acredita que o ex-diretor do BC ocupa uma “posição privilegiada” para contribuir com

medidas preventivas, com “identificação de lacunas regulatórias e proposição de aperfeiçoamentos institucionais que possam fortalecer a capacidade do sistema financeiro nacional de resistir à infiltração de organizações criminosas”, escreveu.

Já o convite para o atual presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, partiu do senador Eduardo Girão (Novo-CE). Integrante da oposição, o parlamentar pretende

inquirir o executivo sobre a reunião, no fim de 2024, entre o presidente Lula, Galípolo e ministros com Daniel Vorcaro. O encontro não foi registrado na agenda presidencial.

Segundo Girão, “a oitiva (com Galípolo)” não se dirige à atividade do Banco Central em si, mas à necessidade de assegurar transparência institucional e afastar quaisquer dúvidas sobre eventual interferência política ou econômica indevida.”

É fundamental ouvir os presidentes do Banco Central, Campos Neto e Galípolo. Os governadores do Rio de Janeiro e do Distrito Federal também são relevantes. Estamos reunindo dados para traçar um retrato da atuação dessas figuras”

Alessandro Vieira, relator da CPI do Crime Organizado

Em entrevista ao **Correio**, o senador Alessandro Vieira aponta indícios de infiltração de facções no mercado financeiro, no setor de combustíveis e no poder público, além de destacar que a lavagem de dinheiro evoluiu para mecanismos sofisticados, como fundos de investimento e criptomoedas. O parlamentar também cita a necessidade de ouvir autoridades-chave, como dirigentes do Banco Central e governadores, para consolidar o relatório final.

Vieira também admite resistências, sobretudo diante do alcance das investigações. Segundo ele, embora haja algum incômodo no Congresso, as maiores dificuldades têm vindo do Judiciário, enquanto a CPI avança sobre setores sensíveis e atores “muito poderosos”.

5 perguntas para

ALESSANDRO VIEIRA, RELATOR DA CPI DO CRIME ORGANIZADO

O senhor reuniu 28 assinaturas para prorrogar a CPI. O que exatamente ainda não foi concluído que justifique mais 60 dias de investigação, e qual seria o prejuízo concreto para o país se a comissão for encerrada agora?

Temos um volume muito significativo de dados de quebra de sigilo que precisam ser analisados e cruzados. Além disso, temos

depoimentos que entendemos serem importantes para elucidar o que está previsto no nosso plano de trabalho. O escopo da CPI é a análise da ação do crime organizado no Brasil, abordando pontos como a lavagem de dinheiro e a infiltração via corrupção no poder público. Portanto, precisamos de mais tempo para concluir essa análise.

Há resistência dentro do Senado ou do próprio Congresso à prorrogação da CPI? O senhor acredita que interesses políticos ou

econômicos estão dificultando o avanço das investigações?

A maior dificuldade hoje não está no Congresso, mas sim no Supremo. Contudo, no Congresso, há pessoas com resistências, pois as investigações tocam em atividades de pessoas muito poderosas.

Sobre depoimentos e análises ainda pendentes. Quais são as oitivas consideradas decisivas para os próximos dias e que podem mudar o rumo das conclusões da CPI?

É fundamental ouvir os

presidentes do Banco Central, Campos Neto e Galípolo. Os governadores do Rio de Janeiro e do Distrito Federal também são relevantes. O governador Cláudio Castro comprometeu-se a comparecer na próxima semana, enquanto Ibaneis Rocha recorreu ao Supremo para não vir. Estamos reunindo dados para traçar um retrato da atuação dessas figuras, seja no combate ao crime ou como gestores de estados que sofreram infiltração.

Um dos focos da investigação é o chamado braço financeiro

das facções. Até que ponto há evidências de que essas organizações estejam operando dentro do sistema bancário ou do mercado de investimentos?

Existem várias investigações em andamento no Brasil que apontam isso, e a CPI tem recebido dados nesse sentido. É natural que a lavagem de dinheiro, antes feita por métodos rudimentares, hoje ocorra no mercado financeiro, seja por fundos de investimento ou criptomoedas. Isso está muito bem demonstrado e precisaremos de reforço na

estrutura de fiscalização.

A CPI já identificou indícios de infiltração do crime organizado na economia formal. Há nomes, empresas ou setores específicos sob suspeita que o senhor pode confirmar neste momento?

É muito clara a infiltração do crime organizado no mercado financeiro e no segmento de combustíveis, além da infiltração no poder público por meio da corrupção. No momento, não posso citar nomes. (DR)

Debate em clima eleitoral

A Câmara dos Deputados concentra, hoje, discussões que extrapolam o campo técnico e entram no centro da disputa política pré-eleitoral. Em pauta, os parlamentares debaterão temas de grande repercussão, como o fim da escala de trabalho 6x1 e mudanças na segurança pública. Governo e oposição vão medir forças em busca de protagonismo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), deputados debaterão propostas que tratam da reorganização da jornada de trabalho no país. Estão à mesa a PEC 8/25, que prevê a adoção de uma semana de quatro dias de trabalho; e a PEC 221/19, que reduz a carga horária semanal de 44 para

36 horas. A discussão ocorre com a participação de representantes de setores estratégicos da economia, como indústria, comércio, agricultura e transporte.

Relator das propostas, o deputado Paulo Azi (União-BA) acredita que as audiências públicas são essenciais para avaliar a viabilidade jurídica das medidas. Segundo ele, a intenção é buscar um “equilíbrio” entre a sustentabilidade econômica e a ampliação de direitos ligados ao bem-estar, como lazer, convivência familiar e saúde.

O debate ganhou tração diante da percepção, dentro do governo, de que a tramitação das propostas avança em ritmo lento. A principal iniciativa sobre o tema

ainda é uma proposta de emenda à Constituição apresentada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP), cuja análise exige etapas mais longas no Congresso, incluindo comissão especial e votações em dois turnos.

Para contornar esse cenário, o Palácio do Planalto avalia encaminhar um projeto de lei com urgência constitucional. O mecanismo obrigaria a Câmara e o Senado a deliberarem sobre o texto em até 45 dias, sob risco de travamento da pauta. Além de acelerar o processo, essa alternativa permitiria ao Executivo vetar trechos da proposta, possibilidade inexistente no caso das PECs, que são promulgadas pelo Legislativo.

A estratégia também dialoga com o calendário eleitoral. Integrantes da base governista temem que a demora na tramitação empurre a discussão para depois das eleições, esvaziando o potencial da medida como bandeira política. A expectativa é de que, se avançar rapidamente, o tema possa ser votado até maio na Câmara e antes do receso no Senado.

O interesse político acompanha a receptividade popular. Pesquisa recente do Datafolha indica que 71% dos brasileiros são favoráveis ao fim da escala 6x1, modelo em que se trabalha seis dias para um de descanso. Outros 27% se dizem contrários, enquanto 3% não souberam opinar. (DR)

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Paulo Azi (União-BA): no fogo cruzado entre governo e oposição